



Susta os efeitos da aplicação do art. 1º, II, do Decreto nº 9.735, de 21 de março de 2019, que “Revoga dispositivos do Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, que dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal”.

Art. 1º - Ficam suspensos os efeitos do art. 1º, II, do Decreto nº 9.735, de 21 de março de 2019, que “Revoga dispositivos do Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, que dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal”.

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto nº 9.735/2019 foi editado para disciplinar o disposto na Medida Provisória nº 873/2019, que reformulou a previsão do art. 545 da Consolidação das Leis do Trabalho para estabelecer que os únicos meios de pagamento para as contribuições devidas aos **sindicatos** seriam o boleto bancário ou equivalente eletrônico. A MP nº 873/2019, portanto, dirigia-se a

sindicatos, e não a associações. O fundamento para o desconto da contribuição para as associações de servidores públicos não se encontrava no art. 545 da CLT, mas no art. 45, §1º, da Lei nº 8.112/1990. Além disso, ao contrário dos sindicatos, as associações de servidores públicos não possuíam autorização legal para recolhimento de contribuições **sem custo**. Ou seja: além de diverso fundamento legal, o desconto de contribuições em folha de pagamento de servidores públicos era realizado mediante pagamento dos custos correspondentes.

O Decreto nº 9.735/2019, objeto do presente projeto de decreto legislativo, revogou tanto o art. 3º, VII, do Decreto nº 8.690/2016, que operacionalizava o desconto, **sem ônus**, dos **sindicatos** de servidores públicos (objeto da MP nº 873/2019), como a faculdade de o servidor público consignar em pagamento, **com ônus** para as associações, das **contribuições de entidades associativas e fundacionais** a que estivesse filiado. Ou seja, o Decreto nº 9.735/2019, ao revogar o art. 4º, V, do Decreto nº 8.690/16, acabou por afastar a regra prevista no art. 45, § 1º, da Lei nº 8.112/1990, transbordando os limites regulamentares.

O desborde dos limites legais verifica-se no ponto em que, por decreto, afasta a regra plenamente vigente e eficaz constante do art. 45, §1º, da Lei nº 8.112/1990, que assim prevê:

Art. 45 (...). § 1º - Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.

O art. 45 da Lei n.º 8.112/1990 coloca a consignação em pagamento como uma faculdade, a ser autorizada individualmente pelo servidor, custeada pela associação/fundação a que estiver vinculado. Estabelece que a Administração, a seu critério, define as consignações possíveis e a forma de ressarcimento pelos custos da consignação, a ser arcada pela associação/fundação consignatária. Não à toa, para viabilizar tais consignações, as associações/fundações de servidores públicos mantém contratos com o Serviço de Processamento de Dados Federal – SERPRO, que gere a margem consignável dos servidores públicos e efetiva as consignações.

Ora, o art. 240, ‘c’, da Lei nº 8.112/90, revogado pela Medida Provisória nº 873/2019, tratava de tema próximo, mas distinto – desconto em favor de sindicatos, sem ônus para as entidades sindicais. O que se está a tratar, com a revogação do art. 4º, V, do Decreto nº 8.690/2016,

é de consignações, devidamente autorizadas e contratadas com o SERPRO, com ônus para as associações/fundações consignatárias, que efetivamente pagam pelo serviço. Situações distintas, que merecem soluções distintas, do que se verifica não haver justificativa para a revogação do art. 4º, V, do Decreto nº 8.690/2016.

Neste sentido, o presente decreto legislativo visa sustar os efeitos da aplicação do art. 1º, II, do Decreto nº 9.735, de 21 de março de 2019, que em última análise revoga o disposto no art. 45, §1º, da Lei nº 8.112/1990.

Sala das Sessões, abril de 2019.

Alessandro Molon

PSB/RJ